



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## A CIDADE DE JOÃO PESSOA E SUAS PRAÇAS – REQUALIFICAÇÃO E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM ANÁLISE

*Ricardo Bruno Cunha Campos  
(Doutorando – PPGCS/UFRN)  
rycaardo@hotmail.com*

### **Introduzindo o leitor**

Apresento e discuto aqui os andamentos e resultados de uma pesquisa iniciada no ano de 2008, quando pesquisador no curso de mestrado do PPGS/UFPB, e que a partir do ano de 2010 se expandiu e tem continuação na pesquisa e curso de doutorado no PPGCS/UFRN.

Tenho abordado a sociabilidade, os usos, contra-usos, apropriações e a construção da cultura urbana em praças e espaços construídos e revitalizados na cidade de João Pessoa – PB. A partir da evolução e crescimento urbano da cidade que teve seu *boom* a partir da década de 70 do século passado, investigamos os processos de migração externa por parte de indivíduos vindos de outras cidades, principalmente do interior, e de migração interna inter-bairros; entendendo o processo e a dinâmica de formação dos espaços da cidade a partir de temas como a segregação, exclusão e apropriação e re-apropriação do espaço.

A cidade, de médio porte - 723.514 habitantes (IBGE - censo 2010), é a terceira mais antiga do Brasil e a partir da década de 90 ingressou de maneira tímida dentro dos processos de revitalização e enobrecimento, começando de maneira pontual no seu *centro histórico*. Recentemente esse processo de revitalização e criação de espaços na cidade se intensificou, já que em 2008, no dia do aniversário de sua fundação, cinco de agosto, o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, anunciou a homologação do tombamento do seu *centro histórico*. Aliado a isso, surgiu também o *Programa de recuperação de praças, parques, passeio e jardins*, que surgiu e vem atuando desde o ano de 2006 pelo poder público municipal. As praças e demais espaços públicos, portanto, fazem parte desse crescimento e do movimento da atual gestão local de ordenamento e ampliação dos espaços urbanos, construindo ou revitalizando antigas áreas do centro, áreas turísticas e praças em bairros diferenciados.



Objetiva-se entender as sociabilidades na cidade e as várias formas de pertença ao local, em um contexto de uso e ocupação no cotidiano dos habitantes da cidade e dos usuários das praças, largos e demais equipamentos. Debruçando-me sobre os padrões de sociabilidade (CORADINI, 1995) e, portanto, das inter-relações que emergem no cotidiano dos espaços públicos, sob a ótica do pertencimento e da apropriação política, busco interpretar a dinâmica da cultura cara às cidades ocidentais contemporâneas, bem como as relações entre as práticas e representações gestadas nesse processo de globalização e consumo.

Percebe-se que houve nas praças estudadas, focando nas *praças de bairro*, uma intensificação das redes de sociabilidades entre moradores e usuários que se apropriaram politicamente e culturalmente do espaço. O espaço das praças tem trazido as pessoas para a rua estimulando a *esfera pública*, permitindo conflitos/negociações e novas formas culturais que transitam entre o público e o privado. Movimentos sociais de bairro, grupos etários, de arte, excluídos, etc., parecem dispor dessas áreas na cidade que favorecem mais a uma *mixofilia* do que a uma *mixofobia* (BAUMAN, 2005 e 2008). Já nos espaços da orla e alguns do *centro histórico*, surgem conflitos tanto relacionados à resistência por parte de moradores de baixa ou baixíssima renda, comerciantes informais, dentre outros grupos, perante a desapropriação das áreas que na maioria das vezes carece de debate e negociação política entre os indivíduos e o poder público.

### **Cultura urbana, Identidades e política dos espaços**

Pensando a dinâmica social e cultural no espaço público construído e revitalizado, a partir das relações, ações e práticas sociais dos agentes e suas disposições que se coadunam ou contrastam com a política urbana em questão; faz-se necessário uma discussão sobre o contexto urbano, seguida por uma apreciação do cotidiano e da cultura, e acerca do espaço público nas cidades contemporâneas.

Abarcamos o universo simbólico urbano das cidades, a partir da cidade de João Pessoa, e o da cidade, a partir dos bairros/praças/espaços em questão. Essa pesquisa



caracteriza-se, portanto, como um estudo de caso, com base em uma etnografia, cujos resultados envolvem interpretações sujeitas, *ipso facto*, a uma contínua atualização.

Integrada ao tipo de investigação colocado acima, procuramos articular à cultura urbana global o processo específico das praças e espaços estudados. A cultura globalizada das cidades contemporâneas articula identidades fragmentadas, mas que se reunificam ou *traduzem-se* em outras formas identitárias através de experiências locais. Até que ponto as práticas e discursos encontrados se relacionam com a cultura global? Quais e como se realizam essas articulações entre a dinâmica da cultura urbana local e a dinâmica global?

Stuart Hall (2003, 2003a) aborda os processos culturais atuais trazendo a idéia de processos de identificação, ao invés de processos de identidade, para mostrar o caráter híbrido e de fluxo constante que conforma as identidades na cultura de nossa modernidade tardia ou pós-modernidade. Para o autor apesar das diferentes leituras do processo de descontinuidade detectada por Giddens, Laclau, Harvey, por exemplo, devemos ter em mente que se trata de um processo complexo que alguns caracterizam como pós-modernidade, mas que deve ser pensado e entendido como uma continuidade e uma linha comum com as outras épocas históricas. Na modernidade tardia a cultura global não destrói ou esmaga o “local”. Na verdade, deveríamos pensar numa nova articulação entre o global e o local (HALL, 2003, p. 77).

O individualismo e a cultura global fragmentada das atuais sociedades complexas trazem consigo novas formas de construir identidades e novos tipos de sensibilidade, como as vivências de solidão e anonimato. Michel Agier (2001) e Ruben Oliven (2009) apontam para a necessidade de definir o lugar e ferramentas teóricas que possibilitem a crítica da identidade cultural e toda crítica social, ainda mais dentro do complexo, heterogêneo e híbrido que é a cultura global fragmentada individualista. Assim, “ao contrário a globalização torna o local mais importante do que nunca. Como podemos nos situar no mundo a não ser a partir do nosso próprio território, por mais difícil que seja defini-lo?” (OLIVEN, 2009, p.80)

Ao contrário dos espaços privados ou dos *enclaves fortificados* como colocado por Tereza Caldeira (1997, 2000), os espaços públicos como o das praças construídas e revitalizadas, em hipótese caminham em sentidos contrários a essa lógica da



individualização da sociedade por permitir e se caracterizar pelo acesso a todos indiscriminadamente. Porém, como alertado por diversos autores como Leite (2004, 2006, 2010), percebe-se que muitas vezes os espaços revitalizados tendem a surgir por incremento de uma lógica voltada para o turismo e de *enobrecimento* que retorna ao segregacionismo; mas que ao mesmo tempo não acaba por completo com as re-apropriações sejam materiais ou imateriais por parte de grupos excluídos ou marginalizados nestes processos. Esta ambigüidade também é alertada por Coradini (2011), que afirma que dentro desse processo de construir, demolir, reconstruir; que se arrasta desde a modernidade, especificamente depois do Pós-guerra e um pouco mais tarde nas cidades latino-americanas: “(...) quanto mais estudamos a cidade, mais percebemos que ela não pode ser entendida isoladamente, e que, quanto mais estudamos o futuro, mais percebemos que este é portador de novidades, o que nos leva a rechaçar o ponto de vista determinista”. (CORADINI, 2011, p.53)

Apesar do veio negativo, que acompanha o processo de globalização das sociedades complexas e da afirmação da cultura de massa individualista, não pode ser escamoteado que há possibilidades de progresso e de uma visão otimista acerca de novas formas culturais que surgem no bojo do desencantamento do mundo, em um sentido Weberiano, exercendo, assim, um contra-poder no sentido de contra-uso dos espaços.

Se a cultura e a configuração do mundo contemporâneo que evoca a liberdade no individualismo do consumo e do poder monetário, apresenta um quadro de insatisfação e sofrimento social, seja por necessidades econômicas e materiais, ou por necessidades existenciais, mas, em contrapartida, colocam em relações mais próximas diversas sociedades e tipos culturais peculiares; estas aproximações ajudam a entender o processo cultural e conseqüentemente apontar caminhos para a resolução de problemas concretos existentes nas sociedades, em busca de uma melhor qualidade de vida para todos e para a sociedade global.

Pensar a cultura urbana a partir da construção e re-construção dos espaços, proporciona não apenas reflexões que gerem ações de reforma social mas também questionamentos e aplicações no sentido de uma reformulação no sentido que vivenciamos a cultura e sociedade neste início de século.



As praças propostas pela atual gestão municipal são formas de intervenção urbana que caminham em sentidos contrários a lógicas que privatizam os espaços, mas ao mesmo tempo integrando novas formas de vínculos grupais e estabelecendo demarcações de fronteiras particulares nos lugares das praças – o espaço público percebido como interação-representação, construção e como *lugar* de conflitos entre o discurso oficial institucional e técnico, e as lógicas simbólicas e práticas que muitas vezes contrastam com a política urbana em atuação como afirma (SERPA, 2007).

Lefebvre (1991) afirma a possibilidade de transformação e mudança social a partir do próprio cotidiano marcado pelo microconflitos sociais. Lefebvre coloca essa possibilidade para todos os indivíduos, mesmo que a partir de coletividades, o que estimula a ideia de movimentos sociais, movimentos culturais e grupos urbanos.

Michel de Certeau parte da visão de que os indivíduos, ou melhor, as práticas e ações cotidianas por muito tempo e em grande parte foram vistas e estudadas sob uma perspectiva que as coloca como passivas dentro do processo de atividade socio-cultural. Por isso, as práticas cotidianas sempre figurariam como aspectos “de segunda mão” e menor importância nas análises sociais.

O autor vê nos indivíduos e na sua capacidade de organização um lado ativo, que possibilita a reinvenção das práticas, objetos e espaços objetivados que são colocados aos mesmos. Certeau, diferentemente de Lefebvre, não vê só em determinados grupos, de “contracultura”, o lado criativo e a poética da vida. Para ele, nas simples operações cotidianas, mesmo enquanto consumidores no sistema capitalista os indivíduos estão sempre inventando e recriando através do aparato simbólico e da poética o mundo que se objetiva à frente dos mesmos. O próprio ato do consumo, do como se consome, do como se usa e se apropria, denota essa atividade dos sujeitos em relação, que modificam constantemente, mesmo que de maneira dispersa e silenciosa, os objetos (físicos ou não) culturais que lhe são impostos. Os consumidores são também produtores da realidade e suas representações na visão do autor.

“A subversão das coisas, dos fatos, dos símbolos é parte elementar da ação humana que produz cultura no cotidiano, o autor supõe que “os usuários ‘façam uma bricolagem’ com e na economia cultural dominante (...) segundo interesses próprios.” (CERTEAU, 1998, p.40). O cotidiano seria o lugar por excelência da criação social, e



de sua própria reinvenção. O autor afirma que em vez de se preocupar com o funcionamento da dominação, dos mecanismos de coerção, repressão, etc., ele está preocupado em entender os mecanismos, as formas, e a lógica de operação que vão no sentido inverso desse processo.

Assim, as práticas cotidianas seriam as que “produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo” (CERTEAU, 1998: p.48). O imaginário se coloca como lado ativo nos processos da vida cotidiana em embates constantes com o racional, em uma dialética racional apropriada e reorganizada pelo irracional humano, o espetáculo de imagens e palavras não introduz apenas contingência ao lado irracional, mas sim, o estimula em novas criações e objetivações, por isso Certeau diz que “a leitura – *seja das palavras ou das imagens* – introduz portanto uma ‘arte’ que não é passividade.” (CERTEAU, 1998: p.50) .

Essa prática refere-se ao que Leite (2004, 2006, 2010) considera como *contra-usos*, já que o espaço público considerado como esfera da ação política se torna um espaço social onde os atores praticam o espaço planejado adaptando e dando sentidos diversos do que era previsto ou inicialmente dado aos *lugares*. Bauman (2005) também nos dá pistas sobre essa questão quando afirma que:

“De modo irônico os benefícios da ordem planejada foram colocados em dúvida justamente pelas pessoas (os jovens) que tinham nascido naquele espaço dotado de novas formas, construído com a intenção de tornar mais feliz a vida de quem o habitava. Os moradores da cidade, sobretudo os jovens de Estocolmo, recusaram a ‘previsão total’.” (BAUMAN, 2005: p. 67)

O geógrafo David Harvey é conhecido por dar uma nova roupagem à Geografia enaltecendo os aspectos sociais e políticos na disciplina, traz a temática dos espaços sociais contemporâneos e, portanto, dos espaços urbanos, alertando também para a dinâmica capitalista e para a retomada do conceito de *classes* ao se pensar o mundo urbano e suas possíveis transformações, a partir da visão de um capitalismo avançado como crítica de uma condição de pós-modernidade.

Harvey pontua que há uma necessidade de um debate em torno de alguns conceitos, e principalmente, da revisão de certos mitos que se instalam dentre os movimentos insurgentes anti-capitalistas, e dentre as diversas oposições ao modo como



o urbanismo é vivido e colocado no capitalismo avançado em suas facetas excludentes, desiguais e injustas.

Harvey diz logo de início que: “Não há região no mundo onde não ocorram manifestações de raiva e descontentamento contra o sistema capitalista.” (HARVEY, 2002, p.3). O autor coloca a multiplicidade de projetos anti-capitalistas bem como suas diferenças, que muitas vezes não permite que percebam como realmente se dá e se pode transformar o *desenvolvimento geograficamente desigual* que o capitalismo promove. Há inclusive projetos e movimentos que estão descontentes com a atual situação do mundo urbano, que não são anticapitalistas ou, muito menos, se vinculam à uma origem socialista.

O autor aponta para a necessidade de uma *flexibilidade* entre os movimentos de oposição que, a partir de uma síntese contínua, percebam as diferenças de como se configuram os processos de violência, de degradação ambiental, degradação no mundo do trabalho e vários outros problemas urbanos, a partir das experiências locais e particulares, sem peder de vista que “*É fundamental ir além dos particularismos e sublinhar o padrão e as características sistêmicas do dano que se está inflingindo*”. (HARVEY, 2002, p. 4). Tentar-se-ia encontrar relações entre problemas que aparentemente não possuem nenhum vínculo, trazendo as questões de classe à tona, e também de uma luta de classe anticapitalista. Porém Harvey adverte: “Devo sublinhar que isso não é um hino ao ecletismo e ao pluralismo, mas um argumento para desvelar o conteúdo de classe de uma vasta gama de temáticas anticapitalistas” (HARVEY, 2002, p. 5)

O autor aposta que o caminho a ser seguido é fazer desse processo violento e desigual o âmbito das aspirações possíveis, e que diante desse agravamento dos problemas ambientais e sociais o terreno para o anticapitalismo está mais fértil do que nunca. Porém, ele afirma que: “Todavia esse trabalho de síntese deve reinserir-se nas condições orgânicas da vida cotidiana”. (HARVEY, 2002, p.5). A partir da organizações populares e de estratos sociais e seus micro-projetos é que poderá vir uma real transformação do social.

Harvey aposta numa retomada da postura científica dos pensadores do século XIX, que não desvinculavam a esfera da prática política da científica. Ele coloca a



nessecidade de uma “poética” na compreensão do nosso mundo em urbanização. Tentando deixar um ambiente habitável para as gerações seguintes, faz-se necessário alcançar um processo de urbanização justo e ecologicamente sensível, o que o autor chama de um modo de urbanização civilizatório.

Questões como segregação espacial versus integração, estigma e exclusão versus ampliação da rede de sociabilidade e inclusão social, surgem como pontos principais em minhas reflexões sobre as dinâmicas das praças e dos espaços públicos de João Pessoa atualmente. Parto do princípio que a ação social opera a partir da lógica de um jogo relacional sempre perigoso, porém, vivenciado de diferentes formas a partir do segmento ou grupo social que se estuda (WEBER, 1999 e 2005 e SIMMEL, 1979, 1998, 1999).

Aborda-se na pesquisa a peculiaridade da produção do conhecimento científico dentro do contexto de globalização. Esta deve ser encarada como “perspectiva”, e que produzir perante tal perspectiva é um trabalho difícil e árduo, principalmente quando se trata de assuntos urbanos e da cidade. Deve-se atentar que mesmo diante do contexto de massificação as diferenças permanecem, e mais ainda, elas se complexificam a partir da articulação das lógicas locais e globais que se interpenetram na prática cotidiana dos espaços.

Ligada às questões identitárias surge a pertença como sentimento e construção subjetiva que se relaciona e se liga com o local de origem, de morada, e de vivência. É a escolha, a construção de raízes, onde o indivíduo se coloca como construto e construtor; cria projetos e reflete sobre os mesmos, na dinâmica constante da interação. É a possibilidade de construir as diversas identidades (individuais-coletivas) através da memória e do processo de lembrança simbólica, projetando, posicionando e reorientando ações e idéias. Enraizar-se é também tornar-se autônomo, dar e adquirir existência.

Para Hannah Arendt (1995), a esfera pública comporta os fenômenos políticos e culturais, já que ambos apontam para a habilidade e capacidade do julgamento e da decisão na construção social. O homem da modernidade em sua atividade e condição aplica durabilidade no mundo, um mundo objetivado, que ele domina através da intervenção e domesticação da natureza. A concepção de cultura abarca a arte e a



política e uma visão do espaço e da esfera pública como palco de conflitos e interdependência.

### **Memória, sociedade e um pouco do campo**

Adota-se aqui, como já deve ter percebido o leitor, uma concepção de sociabilidade que tem na História e na memória, a partir dos atos de recordar e esquecer, bem como tem na sua renovação, a fonte última e ao mesmo tempo primeira do entendimento da cultura e da sociedade e da própria construção e mudança social.

Paul Ricoeur trazendo o debate complexo em torno dos processos de memória discute a pretensa oposição entre memória coletiva e memória individual afirmando não ser uma distinção válida se pensarmos estas categorias em oposição, mas sim, que estas ganham em significância quando pensamos uma inter-relação entre essas esferas, pública e privada, que foi pensada em toda tradição filosófica.

A partir da “filosofia da História” de Ricoeur, ou melhor, discutida por Ricoeur a partir de pensadores como Santo Agostinho, Locke, Halbwachs, propõe-se uma recusa da História e do historiador, enquanto possuidores da verdade sobre a tradição, a sociedade e a cultura, mas sim se visa uma postura que dialogue entre subjetividades e objetividades que se formam no processo contínuo da vida. Investigando a configuração de um contexto intersubjetivo urbano, a partir da voz dos usuários das praças e suas memórias registradas e professadas, busca-se no trabalho de pesquisa dar voz aos “próximos”<sup>1</sup> do cotidiano dos espaços urbanos atuais e em específico das cidades de médio porte brasileiras.

Quero, com isso, trazer também para o debate contemporâneo a discussão à cerca do resgate de memórias “subterrâneas” urbanas, fazendo uma análise que traduz e reflete o cotidiano das cidades brasileiras neste início de século. Contrapondo uma sociedade onde os ideais da modernidade ou Pós-modernidade nascente da sociedade burguesa se afirmaram como majoritários na memória e história oficial sobre os espaços urbanos, a uma realidade totalmente diferente vivida no cotidiano das grandes cidades.

---

<sup>1</sup> Para Ricoeur, no processo de memória entre o Eu e o Coletivo, ou melhor, “coletivos”; existe a esfera da ligação e mediação representada pelos “próximos”.



Tentamos esse esboço através da investigação desses processos em realidades de bairros diferenciados em relação à distância espacial e também sócio-economicamente falando.

Pensando a memória no campo da disciplina antropológica e sociológica, proponho reflexões sobre as relações entre história, memória e sociedade; a partir dos usos cotidianos e possibilidades que a construção do espaço e também seu inverso é fonte e produto para uma historiografia pautada na análise e reflexão sobre cultura e relações de poder na sociedade. Cabe aqui mencionar que nos processos de revitalização e requalificação dos espaços urbanos a idéia de patrimônio surge como elemento da tradição que se re-inventa a partir de lógicas mercadológicas que muitas vezes inventam a própria.

Para discutir isso, buscamos em nosso debate “livres-pensadores” como Walter Benjamin para pensar a cultura na modernidade e os impactos dessa transição dos séculos XIX para o XX. Pensa a partir de obras do autor como o texto *Magasins de nouveautés, Calicots* – do livro *Passagens* (2007), “a questão dos impactos simbólicos causados pelos dispositivos modernos” (NETO, 2010, p. 20).

Benjamin relata a perda da experiência, ou melhor, o surgimento de uma nova experiência na época moderna por ele vivenciada; isto se dá por causa do surgimento nos tempos modernos de novas formas de literatura e de comunicação, que isolam o indivíduo. A imprensa se desenvolve no começo do século XX difundindo-se no mundo inteiro, e com o alargamento desse fenômeno e desta forma de comunicação, a figura do narrador tende a desaparecer. Benjamin lamenta esse fenômeno que reduz sensivelmente a experiência dos homens modernos que não sabem mais escutar.

Atento, portanto, para a especificidade das memórias registradas em outras fontes que não a da imprensa oficializada, que mesmo dentro do contexto de massificação, se contrapõe ao estilo informativo pobre de experiência, trazendo a narrativa do cotidiano dos espaços da cidade rica em experiências e dados simbólicos que possibilitam enxergar a dinâmica das contradições escamoteadas pelas notícias informativas das capas dos jornais.

Na Praça da Paz, por exemplo, informativos e fanzines distribuídos por um grupo de mulheres vítimas de violência no local se contrapunham a uma visão e informação oficial do lugar como espaço renovado e totalmente livre de ameaças, ou



digamos “totalmente recuperado” e higienizado. Na Praça do Caju, no bairro do Bessa, moradores se reuniram em torno da exigência por melhores condições no bairro que contrastava com a situação da praça. O movimento SOS BESSA, que ocupou esse espaço público mais recentemente é um exemplo disso também. Nas entrevistas realizadas durante os atos do movimento, e em sua concentração na praça, percebemos o nível de organização e a expressão política e organização-interação-convivência. No início, as falas se concentravam em denunciar a péssima infra-estrutura do bairro e da praça, ligando a praça ao bairro e vice-versa. Apesar do marcado apelo para que a gestão pública tomasse conta do local, a própria existência da manifestação revela uma relação mais atuante e próxima entre os moradores do bairro, que supostamente se organizaram de maneira autônoma.

Na Praça da Amizade, no Rangel, desde antes de sua implantação as palavras de repúdio ao poder público já eram estampadas nos muros do antigo campo de futebol ali existente. “Vote nulo”, “Não deixe seu espaço para quem quer o nada, faça você mesmo”, eram frases que circulavam aquele espaço antes mesmo do poder público atuar.

Analiso, portanto, as relações entre a realidade representada na memória oficial que afirma um processo civilizador brasileiro de incorporação de hábitos, costumes e tradições importadas da Europa como adesão ao projeto ocidental, contrapondo outra visão de nossa cultura que se processa nos guetos ou no cotidiano direto em nossa sociedade. Como as contradições na cultura e na sociedade podem ser percebidas a partir de outra recepção e apropriação desse mesmo processo? Processo de construção e revitalização desses espaços e de suas implicações culturais, no cotidiano das praças e espaços públicos de João Pessoa.

Faz-se necessário pensar a fundo e discutir o processo de memória, já que na relação dialética entre o “criticar” que a reflexão promove e o se deixar “afetar” por representações nesse processo do seu cotidiano, a memória se apresenta como mola ou propulsora do entendimento da tradição como movimento.



Ao tentar reconstruir a história desses espaços em João Pessoa e das cidades brasileiras em seu “re-início”<sup>2</sup> de urbanização trazendo as narrativas dos usuários diretos, abordo os processos sociais no decorrer do tempo, interpretando informações com base na história escrita do cotidiano e numa memória coletiva (BOSI, 1994; THOMPSON, 2002).

Encaro as memórias e lembranças, de tempos mais remotos intercalando-as aos ditos e não-ditos recentes, como algo que pode informar sobre a identidade dos indivíduos elaborada a partir do local em que vivenciaram ou vivenciam os fatos narrados. Os bairros, das praias passando pelo centro à periferia, com suas nuances promovem uma visão “total” da cidade; surgem como elementos de persuasão ou orientação na pertença e no pertencer a tal unidade de vida social, direcionando os agires e as práticas – em muitos casos práticas de resistência às reformas e intervenções do poder institucionalizado na urbe.

A memória parece ser um instrumento na construção da realidade, já que integra as porções temporais do passado e do presente visando a um futuro possível. Segundo Michael Pollak (1992) a memória é construída socialmente e individualmente. Quando pensamos a memória e sua ligação com as identidades, percebemos que ambas fazem parte de um mesmo processo e se encontram interligadas. A identidade só se constrói a partir de referências exteriores, ou melhor, de um outro, e a memória só se forma a partir de alguma identificação.

Ao adentrar no universo dos usuários das praças em busca de sua “história” e de suas estórias, as leituras estão possibilitando compreender e dar uma grande explanação das narrativas de tantos sujeitos esquecidos e excluídos dentro do processo de urbanização, modernização e pós-modernização brasileiro. Na compreensão da formação das praças os interlocutores de mais idade, “velhos”, ao narrar sua biografia terminam por ensejar uma memória social sobre aquele espaço.

Alguns moradores mais antigos de Manaíra, usuários da Praça Alcides Carneiro, por exemplo, enfatizaram muito um passado de tranquilidade que foi

---

<sup>2</sup> Chamo re-início não porque o momento atual rompe com as características das primeiras medidas da urbanização iniciadas no século passado, mas sim como um prolongamento desse processo que se afirma como de enobrecimento e consumo nas cidades hoje globais. A idéia de requalificações me parece mais exata do que o uso no singular.



interrompido com o crescimento da cidade e do bairro, afirmando que a requalificação daquele espaço fazia-os voltar ao passado e poder sair de suas casas para um espaço novamente tranquilo mesmo que sob a vigilância policial ostensiva que não era necessária anteriormente.

Em seu livro *Memória e Sociedade, Lembranças de velhos* (1996), Ecléa Bosi mostra que a memória dos velhos pode ser mais definida e digamos “pura”, na medida em que estes diferentemente dos indivíduos jovens e adultos, se acham menos solicitados pelo presente de lutas, contradições e ações habituais. Os adultos por serem mais ativos se preocupariam menos com o passado e com uma reflexão mais detalhada de um passado individual que está sempre em relação com a memória social.

A partir da pesquisa em andamento desvelam-se o caráter excludente e explorador do processo de modernização ou “pós-modernização” das nossas cidades, bem como da urbanização de nossa sociedade nacional. Discute-se o processo de criação social a partir da memória, e principalmente, como narrativas vivas de um processo local de memória dá elementos fundamentais para uma interpretação e compreensão de cultura de modo mais plural e que dá voz aos vários segmentos sociais.

Trago, enfim, uma visão da memória que implica para as Ciências Sociais e especificamente pela Antropologia uma visão inseparável da historiografia, já que fazendo a ponte entre a memória e História enquanto artes inseparáveis da vida e do processo de cultura; abordam testemunhos e representações de um processo civilizador que atualmente muitas vezes se traduz enquanto barbárie.

### **Considerações Finais**

Desde trabalhos anteriores (FRANCH e QUEIROZ, 2009, 2010) dos quais contribui e participei, percebe-se que a oposição entre espaço público *versus* espaço privado que presidiu o ordenamento da sociedade capitalista parece assumir nova configuração neste início de século com um mundo cada vez mais globalizado.

Como vimos, a literatura sobre o urbano tem apontado que as cidades contemporâneas estão caminhando no sentido de uma crescente privatização da vida social, que é consequência de uma diversidade de fatores entre os quais é possível



apontar o individualismo, a invasão das novas tecnologias e virtualização da vida social, a crescente interligação das economias, o declínio da política, dentre outros. O tecido urbano se apresenta de forma fragmentada, tendendo a seletividade e a segregação, constituindo bairros homogêneos e desiguais, relegando os mais pobres para a periferia e encolhendo o espaço público com formas de privatização do espaço como nos condomínios fechados, nos edifícios verticalizados e shoppings centers.

Após a intervenção do poder público municipal, os moradores dos bairros se apropriaram das praças e reativaram laços de sociabilidade, estabelecendo e fortalecendo vínculos que implicaram também em trocas e negociações sobre o uso dos equipamentos e sobre normas de convívio. O medo que antes prevalecia e organizava os trajetos e o isolamento da casa e seus habitantes passa a dar lugar a uma ocupação mais intensiva do espaço, sua revitalização pelo uso e pelo diálogo entre os usuários. O discurso sobre o medo está presente, mas há também referências aos ganhos de segurança provenientes da iluminação, do maior fluxo de pessoas e da presença de policiamento. Na percepção de alguns, a violência e insegurança não se acabaram, mas se deslocaram para locais mais distantes e horários em que as praças estão esvaziadas. Nota-se que as fronteiras entre o espaço público e o privado não são estanques, mas se deslocam e novas fronteiras são desenhadas.

Nos bairros em análise, o que os moradores relatam é que, antes da existência dos espaços, a oposição entre a casa e a rua era bem pronunciada indicando um fechamento da casa sobre si mesma, sobre o espaço privado. Da casa saía-se imediatamente para o espaço hostil, perigoso e anônimo da rua. Hoje, entre a casa e a rua existe uma mediação, representada pelas praças, que se torna espaço intermediário, onde a interlocução com os vizinhos e com os “diferentes” pode se estabelecer. Constitui-se assim um novo espaço de sociabilidade que expõe a diversidade e os interesses distintos e confluentes, que recriam cotidianamente o social.

Na reflexão que tenho praticado sobre as praças na perspectiva da constituição do espaço público, tenho explicitado diferentes aspectos os quais devem ser considerados e que sinalizam a relevância deste tipo de intervenção urbana. Um deles é o da sociabilidade cotidiana no espaço da cidade, da constituição ou não de relações de vizinhança, da construção de regras de convívio, de desenvolvimento da civilidade.



Observa-se nas praças uma intensificação das redes de sociabilidades e a reconstrução de laços de vizinhança entre moradores outrora dispersos e encerrados em seu mundo privado. Outro aspecto até agora destacado foi o do incremento do debate público sobre questões da vida política, que emergiram do encontro dos moradores e da tarefa de gestão dos espaços, partilhada com o poder público.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

AGIER, Michel. *Distúrbios Identitários em tempos de Globalização*. **Mana**, v.7, n. 2, pp. 7-33, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e política**. Ed. Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, T. A. Queiroz. Companhia das Letras, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. *Enclaves fortificados: A nova segregação urbana*. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.47, São Paulo, março, 1997.

CALDEIRA, Teresa: **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp. 2000.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. **Sociedades Complexas: indivíduo, cultura e individualismo**. *Caos Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 7, p. 8-22, set. 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 1, *Artes de Fazer*. 3ªed, Petrópolis, Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 2, *Morar, cozinhar*. 2ªed, Petrópolis, Vozes, 1998a.



CORADINI, Lisabete. **Praça XV – Espaço e Sociabilidade.** Letras Contemporâneas, Florianópolis, 1995.

CORADINI, Lisabete. **As cidades do futuro: imagens e antecipações urbanas.** In, Imagem e meio ambiente. CORADINI, Lisabete; e MILLER, Francisca. (Orgs.). EDUFRN, Natal, 2011.

FRANCH, Monica; QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. **Usos do espaço, lazer e sociabilidade nas praças de João Pessoa.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, julho. 2009.

FRANCH, Mónica; QUEIROZ, Tereza. (org.) **Da casa à praça: um estudo da revitalização de praças em João Pessoa.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações culturais.** SOVIK, Liv (org.) Ed. Humanitas, UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 7<sup>a</sup>- Ed. DP&A editora, Rio de Janeiro, 2003a.

HARVEY, David. **Mundos Urbanos Possíveis.** *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 63, julho, pp. 3-8, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Ática, 1991.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade. Lugares e espaço público na experiência contemporânea.** Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju-SE: Editora UFS, 2004.

LEITE, Rogério Proença. **Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano.** In, FRUGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana; PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações.* Ed. PUCMINAS/Edusp. Belo Horizonte, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, núm. 72, febrero, 2010, pp. 73-88.

NETO, Joachin de Melo Azevedo Sobrinho. **Uma outra face da Belle Époque Carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, março de 2010.



OLIVEN, Ruben George. **Cidades, territórios e identidades**. In, Cidade: olhares e trajetórias. CARNEIRO, Sandrade Sá. e SANT'ANNA, Maria Josefina G. (orgs). Roi de Janeiro, Garamond, 2009.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Monique Aguras (Trad.) **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, pp. 200-212, Rio de Janeiro, 1992.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SIMMEL, Gerog. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: **O Fenômeno Urbano**. VELHO, Otávio G. (org.). Rio de Janeiro: Zahar editores, 4ª- Ed, 1979.

SIMMEL, Georg. **Simmel e a Modernidade**. Jessé Souza e B. Oëlze, orgs. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SIMMEL, Georg. *O Segredo*. MALDONADO, S. (trad.) In: **Política & Trabalho**, n 15, pp. 221 -225, Setembro, 1999.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Centauro ed.: São Paulo, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Martins Claret: São Paulo, 1999.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado, História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª Ed. 2002.